AJUSTE FISCAL

Votação adiada para evitar desidratação

Ante o risco de que a aprovação de destaques reduzisse os impactos do pacote fiscal, Senado transfere para hoje — com aval do governo — a conclusão do projeto. Principal impasse é a limitação do uso de créditos tributários para quitar outros impostos

» LUÍZA ALTOÉ
» RAPHAEL PATI

Carlos Moura/Agência Senado



Relator, o senador Eduardo Braga pediu o adiamento após ter passado o dia em busca da construção de um consenso, sem êxito

> **Alguns companheiros não estavam aqui, e isso poderia comprometer o quórum. Vamos a voto e teremos os votos necessários para a aprovação"**
>
> ***Randolfe Rodrigues (PT-AP),*** *líder do governo no Congresso*

O plenário do Senado adiou para hoje a conclusão da tramitação do projeto de lei complementar (PLP) sobre o ajuste fiscal das contas públicas. Havia uma expectativa de que os destaques fossem analisados ontem, mas, por falta de acordo sobre quais seriam mantidos e rejeitados, a votação foi postergada. Além disso, houve a apresentação de outras emendas, o que demandará uma votação em turno suplementar do texto final.

Os destaques ameaçam o potencial do pacote fiscal sobre o Orçamento de 2027. A estimativa é de que o PLP melhore o resultado primário do próximo ano entre R$ 45,1 bilhões e 56,1 bilhões. Em termos gerais, o projeto apresentado pelo senador Jaques Wagner (PT-BA) e relatado pelo senador Eduardo Braga (MDB-AM) reúne propostas de contenção de despesas, revisão de benefícios tributários e mudanças nas regras orçamentárias, que buscam viabilizar o Orçamento do ano que vem.

O pedido de adiamento foi do relator da matéria, que afirmou ter passado o dia em busca da construção de um consenso, sem êxito. O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), acatou a solictação e confirmou que a etapa da votação será realizada nesta quarta-feira.

Votos insuficientes

O Planalto apostou no adiamento para evitar uma desidratação da matéria e tinha receio de não alcançar o número de votos suficientes para rejeitar os destaques. "Alguns companheiros não estavam aqui, e isso poderia comprometer o quórum. Vamos a voto e teremos os votos necessários para a aprovação", disse o líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (PT-AP).

Segundo Randolfe, o governo trabalha para aprovar a matéria sem os destaques. Um dos pontos mais sensíveis da discussão trata do trecho do projeto que autoriza o governo a limitar que empresas usem créditos tributários para quitar impostos federais, em caso de não cumprimento da meta fiscal. Nos cálculos do governo, o trecho pode render um reforço na arrecadação de R$ 12,8 bilhões a R$ 18,3 bilhões em 2027.

A medida é contestada pelo setor empresarial e pela oposição, que quer retirar o trecho por meio de um destaque apresentado pelo senador Alan Rick (Republicanos-AC).

De acordo com o líder da oposição no Senado, Rogério Marinho (PL-RN), o governo propôs um acordo sobre o tema. Teria sugerido que mudanças na Lei Kandir seriam retiradas, assim como a questão da compensação previdenciária, em troca de a oposição retirar o destaque para votação em separado do trecho que trata da compensação tributária cruzada. A proposta foi recusada.

O líder do governo na Câmara, Paulo Pimenta (PT-RS), afirmou que a limitação é inegociável para o governo. "Há coisas que eles estão propondo que mexem com o coração do projeto. Por exemplo, a compensação tributária cruzada", disse.

Outro destaque apresentado pelo PL questiona o dispositivo que limita em R$ 1 bilhão anual — entre 2027 e 2030 — os repasses da União aos estados e aos municípios. É uma alteração na Lei Kandir, que estabelece que os repasses ficariam em R$ 4 bilhões ao ano até 2030. Os senadores da oposição criticam o trecho e dizem que ele tira recursos importantes dos estados. O líder do PL, senador Carlos Portinho (PL-RJ), frisou que a oposição não pretende recuar.

Outro destaque, apresentado por Rogério Marinho, propõe, entre outros pontos, reduzir o limite de crescimento das despesas públicas de 2% para 0,6% nos anos em que houver contenção fiscal. Além disso, impede que os subsídios ao diesel sejam descontados da meta fiscal de 2026.

Votação na Câmara

A votação do PLP na Câmara segue indefinida. Segundo Randolfe, o governo fará todos os esforços para concluir a apreciação da matéria nesta semana. "Vamos encaminhar de imediato para a Câmara. Como o presidente Hugo Motta estará viajando, o presidente Davi ficou de telefonar para ele para ver quem pode presidir a Câmara", contou, sobre uma possível votação hoje.

Da parte de Motta, há um desejo de presidir a sessão de votação da matéria. O relator na Câmara, Mauro Benevides (União-CE), ressaltou que o PLP pode ser votado na Casa amanhã, quando o presidente da Casa retorna da viagem a Buenos Aires, onde participa de um evento jurídico. "Eu não sei qual é a circunstância da viagem do presidente Hugo, se é inadiável, mas, se o presidente estiver de volta na quinta-feira, então tudo bem", destacou Randolfe. Pimenta avaliou que a matéria deve ser votada na terça-feira.

Na Câmara, o relator já sinalizou que não fará mudanças no texto aprovado pelo Senado, justamente para acelerar o processo legislativo e evitar que as alterações tenham de voltar para o aval dos senadores.

Os destaques

VEJA O QUE O SENADO VAI ANALISAR

» Compensações tributárias
O Republicanos solicita a retirada do dispositivo que autoriza o governo a limitar o uso, pelas empresas, de créditos tributários para quitar outros tributos. Segundo o parecer do relator, a medida renderia ao governo de R$ 12,8 bilhões a R$ 18,3 bilhões em 2027.

» Lei Kandir
O PL pede a retirada do artigo que reduz de R$ 4 bilhões para R$ 1 bilhão por ano, entre 2027 e 2030, o repasse da União aos estados pela desoneração das exportações. Conforme o texto, a diferença seria paga em parcelas até 2037.

» Compensação previdenciária
O PL requer votação em separado do artigo que limita a R$ 3 bilhões por ano, entre 2027 e 2030, o valor que a União paga aos regimes próprios de previdência de estados e municípios. A Confederação Nacional de Municípios estima perda de cerca de R$ 5 bilhões por ano.

» Emenda 40
Apresentada pelo PL, endurece o pacote: torna obrigatório perseguir o centro da meta, reduz de 2% para 0,6% o teto de crescimento real (descontada a inflação) dos gastos quando houver contingenciamento e retira os dispositivos que o texto chama de "calotes" (limite às compensações tributárias, Comprev e Lei Kandir), além do desconto do diesel na meta de 2026.

Durigan: único caminho é ajuste fiscal gradual

» Reforma tributária

» PEDRO JOSÉ BORGES

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, reafirmou, ontem, o compromisso do governo com o cumprimento das metas de superavit primário previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Segundo ele, o resultado deve ser alcançado de forma gradual, com medidas de controle das despesas e revisão de privilégios.

"Eu reitero esse compromisso que é meu, foi do ex-ministro Fernando Haddad, é do governo Lula e seguirá sendo o compromisso de atingir os superavits primários previstos na Lei de Diretrizes Orçamentária", afirmou, durante audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado.

Durigan ressaltou que o governo recebeu um orçamento com previsão de deficit primário de R$ 189 bilhões e trabalha para entregar um pequeno superavit. Ele reconheceu que o resultado não atende às expectativas do mercado financeiro, mas defendeu a condução do ajuste fiscal por meio de medidas discutidas democraticamente.

"O mercado financeiro acha suficiente? Não acha, mas é o superavit construído na democracia à luz do dia, enfrentando os privilégios, fazendo os cortes de gasto primário necessários. E é esse o único caminho que o país tem pela frente para organizar as contas com justiça, democracia e transparência", declarou.

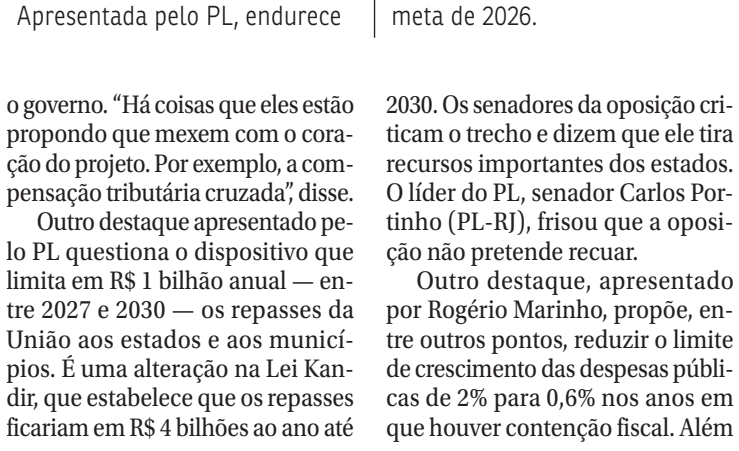
O titular da Fazenda defendeu a revisão de benefícios tributários. Segundo ele, a discussão sobre gastos tributários ganhou espaço na agenda nacional nos últimos quatro anos, porém ainda não foi concluída. Ele citou a revisão linear de 10% dos benefícios previstos em normas infraconstitucionais, realizada neste ano em acordo com a Câmara e o Senado. A medida alcança um universo superior a R$ 200 bilhões.

"O caminho de equilibrar as contas públicas buscando reduzir privilégios, aumentar oportunidades para a população brasileira, é o único caminho que nós temos à frente", frisou.

Para Durigan, a reforma tributária também deve ampliar a discussão sobre responsabilidade fiscal para além do governo federal. Ele afirmou que decisões sobre renúncias de receitas afetam diferentes setores da sociedade, e citou o Judiciário entre as instituições que devem considerar os impactos das medidas sobre as contas públicas.

"Qualquer discussão sobre renúncia fiscal vai impactar diretamente os demais setores da sociedade, trazendo a discussão de responsabilidade fiscal para todos os âmbitos", ressaltou.

Saulo Cruz/Agência Senado



Durigan (E): governo tem compromisso de atingir os superavits primários

O secretário da Receita Federal, Robinson Barreirinhas, disse que vai publicar regras de conformidade sobre a reforma tributária até a próxima semana. "Tenho reunião amanhã (hoje) com Comitê Gestor e, qualquer que seja decisão, nessa semana ou na próxima vamos divulgar regras de conformidade", afirmou, ontem, em audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado. Ele e o ministro da Fazenda, Dario Durigan, foram convidados para discutir o cálculo da alíquota da Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) para 2027. O Tribunal de Contas da União (TCU) recomendou uma alíquota de referência de 11,3%, mas cabe ao Senado fixar o valor.